

RECURSO DESTINADO ÀS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA NÃO É GASTO, É INVESTIMENTO!

Estamos vivendo uma situação de carestia, fome e miséria como há muito não havia e ao que foi acrescentada a pandemia de COVID-19. Isso apontou para a necessidade dos governos repensarem suas atuações e passarem a fortalecer as instituições públicas, em especial nas áreas de saúde e educação.

A partir da pandemia, a sociedade voltou seu olhar para as universidades públicas que, em seu conjunto, atuaram muito rápido e eficientemente com soluções para o enfrentamento do vírus e das doenças por ele causadas, desde a produção de álcool gel, estudos sobre vacinas, produção de medicamentos, monitoramento da expansão da doença, entre as ações que se aplicam também a outras doenças e áreas de atuação.

As universidades públicas, portanto, têm vital importância para a sociedade, estando conectada a ela, elaborando e propondo soluções para os problemas que surgem: criam modelos de desenvolvimento que apontam para a geração de trabalho e renda frente às relevantes mudanças no mundo do trabalho na chamada "era digital"; atuam na orientação à educação básica e à própria universidade que se adaptaram rapidamente à adoção do ensino por mediação tecnológica. E, agora, atua nos estudos e ações relativas à segurança sanitária de alunos/as e professores/as para a retomada do ensino presencial. Além de atuar em pesquisas e ações em todas as áreas do conhecimento, colocando-se a serviço do desenvolvimento e da humanidade.

Por outro lado, o Estado da Bahia tem um dos piores índices no Plano Nacional de Educação - PNE, precisando atender às metas estabelecidas para melhorá-lo. Entre as metas está elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, bem como na pós-graduação. Para isso, é preciso valorizar o corpo docente e ampliar a proporção de mestres e doutores em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, conforme o PNE.

Na Bahia, as universidades estaduais são responsáveis pelo oferecimento de cerca de 280 cursos de graduação e cerca de 180 cursos de pós-graduação, atendendo a aproximadamente 50 mil estudantes e formando a maior parte de professores/as. Foram pioneiras na interiorização do ensino superior e atuam na quase totalidade dos municípios baianos com cursos, programas e projetos de extensão e de pesquisa. Essa presença estratégica na Bahia se dá pela força e compromisso dos seus professores e professoras, a despeito da escassez de recursos, resultante do alinhamento do governo baiano com as políticas neoliberais.

São esses/as professores/as que, depois de esperar por sete anos sem nenhum tipo de correção salarial, com o maior arrocho salarial da sua história, receberam em dezembro de 2021 um reajuste ridículo de 4%, muito abaixo da inflação e distante de alcançar as perdas inflacionárias que ultrapassam 50%.

E não foi por falta de condições que o Governo da Bahia se recusou a dar um aumento decente! O seu Portal da Transparência revela que há queda no percentual utilizado para o pagamento de pessoal: em 2018, utilizou 45,64%; em 2019, caiu para 43,32%; em 2020, caiu para 40,48%; em 2021, caiu para 35,13%. Portanto, no momento da decisão por reajuste, o gasto com pessoal ficou cerca de 10% abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os dados da Secretaria da Fazenda também mostram uma margem de R\$ 3,18 bilhões para gastos com reajustes de salários e gratificação dos servidores. Todos esses números demonstram que o Governo tem condições de realizar reajuste no salário da categoria que também sofre perdas salariais decorrentes da não garantia dos direitos contidos no plano de carreira e que são previstos legalmente. Ou seja, sofremos duplo calote: dos reajustes salariais e da redução de direitos adquiridos e garantidos em lei.

Tratamento diferenciado é oferecido às empresas com o pagamento de juros da dívida pública e vultosas isenções fiscais. O Tribunal de Contas da Bahia aponta que, de 2015 a 2018, foram mais de R\$ 11 bilhões isentados. Em 2021, a Bahia abriu mão de cerca de R\$ 3 bilhões em impostos para beneficiar grandes empresas, enquanto se recusa a dar reajustes devidos aos professores e retira arbitrariamente nossos direitos!

Ao longo do governo Rui Costa, o Estatuto do Magistério sofreu ataques que retiraram direitos dos docentes essenciais para o desenvolvimento de suas atividades. O Estatuto do Magistério é uma lei que regula a carreira docente. Por isso, quando ele é modificado para atender interesses de governos que não priorizam a educação superior, há um impacto na qualidade do ensino. Um exemplo disso é a interdição do trabalho em regime de dedicação exclusiva. A dedicação dos/as professores beneficia os estudantes e a pesquisa. O governo, ao desrespeitar o Estatuto, impedindo a Dedicação Exclusiva (entre outros direitos), fere a autonomia das Universidades Estaduais da Bahia e dificulta a existência de uma educação de qualidade e socialmente referenciada.

Por isso reafirmamos que a **valorização de professoras e professores não é gasto, mas sim investimento.**

O Fórum das Associações de Docentes das Universidades Estaduais da Bahia reivindica a retomada do diálogo com o Governo Rui Costa na mesa de negociações, cumprindo o acordo que finalizou a greve de 2019 e foi interrompida e aumento no percentual de reajuste salarial. As reivindicações se dão em nome da democracia, da participação das entidades representantes dos professores/as, do atendimento às metas do PNE, da defesa das universidades estaduais da Bahia, **patrimônio do povo baiano.**

Valorizar professores e universidades
não é gasto, é investimento

REAJUSTE JÁ!